

## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO: O CASO DO PROGRAMA *ESCOLA DA TERRA*

ANA CRISTINA HAMMEL

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil

TÂNIA MARA DE BASTIANI

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná,  
Brasil

---

RESUMO: A formação de educadores do campo, diante dos retrocessos do tempo presente, é a temática central deste artigo. Primeiramente, compreendemos que eles são importantes agentes para desvelar os discursos do agronegócio quanto à sustentabilidade da agricultura. Posteriormente, abordamos a importância da política pública *Escola da Terra*, no estado do Paraná, para a formação continuada de educadores como construtores da agroecologia. A formação de educadores do campo, nessa perspectiva, não é imparcial e está comprometida com a valorização e continuidade do *Campo da agricultura camponesa* e o combate do *Campo do agronegócio*, logo, está articulada à luta por outro projeto de sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Agronegócio. Escola da Terra. Formação de Educadores.

---

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O campo brasileiro está em disputa, embora o agronegócio não conceba dessa forma. São controvérsias que envolvem modos e finalidades da produção, além de diferentes entendimentos sobre os problemas agrários e as desigualdades sociais. Entre os embates envolvendo o que podemos denominar, de forma ampla, de *Campo do agronegócio*<sup>1</sup> e *Campo da agricultura camponesa*<sup>2</sup>, estão os que abrangem a concepção de agricultura sustentável<sup>3</sup>.

Nesses embates, o campo ligado à agricultura camponesa defende a agroecologia como algo indispensável à agricultura sustentável. Assim, a agroecologia tem sido discutida, tanto enquanto uma desvinculação das receitas do agronegócio e da agronomia convencional, por meio de uma ruptura (PINHEIRO MACHADO, 2009, p. 259), quanto uma conduta gradual e multilinear de modificação das formas de manejo que, por sua vez, compreendem a passagem de um modelo agroquímico para os de base ecológica, em um processo de transição (CAPORAL, 2009, p. 294).

Para a "ruptura" ou para a "transição", a ciência agroecológica adota o agroecossistema como objeto de estudo, "tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) necessárias para a implementação de *agriculturas mais sustentáveis*" (CAPORAL, 2009, p. 292, grifo do autor). Para tanto, ela necessita do aporte teórico de diferentes ciências, bem como dos saberes historicamente acumulados pelos agricultores, integrando conhecimento científico e saber popular.

Além do mais, a defesa da agroecologia vai além das formas de manejo, pois ela compõe um projeto de transformação social. Isso porque, articulada com a *Educação*, a *Luta pela terra*, a *Soberania alimentar* e a *Participação política*, ela é um dos cinco pilares da *Reforma Agrária Popular* (CALDART, 2020). A democratização do acesso à terra, por sua vez, está diretamente ligada ao seu controle, um elemento fundamental para suprir a crescente demanda por comida para matar a fome de milhares de pessoas. Um problema que a *Revolução verde* prometeu solucionar, mas em um projeto que, além de derrotado, trouxe impactos sociais e ambientais que, por sua vez, demonstram a necessidade de outras soluções para a produção de alimentos.

Ao defender a agroecologia como imprescindível para a agricultura sustentável, o *Campo da agricultura camponesa* compreende que o *Campo do agronegócio* é um modelo cujas principais características, a monocultura e a concentração fundiária, por si só são impeditivos para produção em equilíbrio com o ambiente. Porém, o agronegócio, ao seguir algumas práticas de produção em respeito às questões ambientais, assume o discurso da agricultura sustentável. Tal postura silencia outras ações degradantes desse modelo, causando representações que precisam ser desveladas e confrontadas.

Uma das estratégias do *Campo da agricultura camponesa* está na formação de educadores para as escolas do campo, pois esses são atores na mediação dos conhecimentos adquiridos pelos agricultores no ensino formal e, portanto, devem se formar na perspectiva de ser, ao mesmo tempo, agentes fundamentais para desvelar os discursos assumidos pelo agronegócio e construtores da agroecologia. Um projeto, no entanto, travancado em dupla dimensão no tempo presente, pois, por um lado, o atual governo assume o agronegócio como pauta primordial da agenda, “passando a boiada”, inclusive, em territórios tradicionais, por outro, a política educacional assumida nos últimos anos acarreta no fechamento de escolas do campo ou na precarização das que resistem, sendo que elas são espaços que se articulam com a agroecologia.

Partindo desse contexto, temos por objetivo abordar a formação de educadores do campo diante dos retrocessos do tempo presente. Em um primeiro momento, como suporte para que eles sejam agentes capazes de desvelar os discursos dos intelectuais orgânicos do agronegócio quanto à sustentabilidade da agricultura – os quais, por sua vez, estão arraigados com o do governo atual –, abordaremos dados sobre a utilização de agrotóxicos, desmatamentos e queimadas no Brasil, demonstrando que as “boas práticas” do agronegócio não rompem com a estrutura agrária, nem podem ser confundidas com a concepção de agricultura sustentável defendida pela agricultura camponesa que, por sua vez, envolve a agroecologia.

Posteriormente, considerando a importância da formação de educadores como construtores da agroecologia, nos propomos a apresentar as experiências da política pública *Escola da Terra* que, no estado do Paraná, tem a agroecologia articulada ao trabalho comunitário e à cooperação como tema de um dos seus eixos. Por meio do impulso dessa política pública, as escolas do campo paranaense – apesar dos entraves a serem enfrentados no contexto escolar do estado – têm contribuído para a continuidade do modo de vida camponês e suas práticas agroecológicas.

## PARA DESVELAR DISCURSOS...

Para compreender a formação dos educadores do campo como agentes capazes de desvelar os discursos assumidos pelo agronegócio, devemos partir de alguns pressupostos.

O primeiro deles é que, se assumirmos (e nós assumimos) que o campo está em disputa, logo, a formação de educadores também está. Neste aspecto, podemos pensar nos conflitos de interesses de capacitações de programas como o *Agrinho* e o *Agronegócio na escola* versus as reivindicações dos movimentos sociais. Os programas, com o intuito de “propiciar o acesso às [suas] bases teóricas” (SEED, 2018, n. p.), buscam a capacitação aliada ao agronegócio para, assim, apresentá-lo “sob uma perspectiva diferente da normalmente mostrada nos livros didáticos” (ABAG, 2021, n. p.). As reivindicações dos movimentos sociais, por sua vez, lutam contra esse modelo demonstrando suas contradições e, assim, demandam que sejam incluídos nos programas de formação de educadores do campo:

[...] o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas (ARROYO, 2007, p. 167).

Além das disputas envolvendo a formação de educadores, um segundo pressuposto para compreender a formação desses profissionais como agentes importantes no desvelamento dos discursos assumidos pelo agronegócio é entender que tais narrativas seguem diversas direções. Isso porque os seus intelectuais, ao mesmo tempo em que rejeitam termos como *Monocultura*, *Latifúndio* e *Trabalho escravo*, substituindo-os por outras expressões, fazem afirmações que relacionam o agronegócio à produção de alimentos por meios sustentáveis. Entretanto, trata-se, conforme Alentejano (2020, p. 365), de “novas justificativas para velhas práticas. Mudam os nomes, mas a realidade persiste no campo brasileiro: violência, exploração e devastação. E cinismo também”.

Assim, partindo desses dois pressupostos que, por sua vez, envolvem as disputas da formação de educadores e as diversas direções dos discursos do agronegócio, nos limitaremos a pensar na formação de educadores do campo relacionada ao desvelamento das narrativas quanto à sustentabilidade da agricultura.

De imediato, é preciso afirmar que seria muito simplista pensar que o agronegócio não possui preocupação com o ambiente, pois alguns setores compreendem que o seu futuro “depende da preservação ambiental” (POR QUE..., 2019, n. p.). Neste aspecto, no que diz respeito à retirada das florestas, tais setores compreendem que afeta o ciclo das chuvas, eleva a temperatura, desprotege o solo e causa erosão e poluição dos rios. Quanto à utilização dos agrotóxicos (denominados pelo setor como defensivos agrícolas), não condenam seu uso, mas compreendem que devem ser usados “da maneira correta, seguindo as orientações da bula e de um engenheiro agrônomo” (SYNGENTA, 2021, n. p.), pois seu uso indiscriminado afeta os

cultivos dependentes de polinização, já que muitos dos animais responsáveis pela transferência de grãos de pólen são afetados pelos inseticidas e herbicidas.

Algumas práticas ambientais relacionadas ao agronegócio foram expostas na 26ª edição da Conferência das Partes – COP26, ocorrida em novembro de 2021. Nela, destacaram-se os seguintes temas:

- 1) Pecuária Sustentável: estudo mostra que pastagem sequestra carbono;
- 2) Agricultura Sustentável: 30% do algodão sustentável do mundo é brasileiro;
- 3) Efeito poupa-terra: maior produtividade com menos área;
- 4) Abordagem Integrada da Paisagem: eficiência produtiva com olhar para biomas; e
- 5) Transparência e Conformidade nas Cadeias Produtivas.

Além dos temas destacados, poderíamos acrescentar a produção de orgânicos por meio da substituição de insumos sintéticos pelos de base biológica, que inclui cerca de 25 mil produtores cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, entre os quais estão “os empresários do agronegócio [que] já descobriram que eles [os orgânicos] também podem ser mercadorias rentáveis” (CALDART, 2016, p. 3).

Por tudo isso, o agronegócio também assume o discurso da agricultura sustentável. Na perspectiva de um de seus intelectuais, “a moderna agricultura do Brasil economiza floresta e se torna cada vez mais produtiva e sustentável” (GRAZIANO, 2020, n. p.). Entretanto, silenciado nesse discurso estão problemas ambientais que se tornaram piores nos últimos anos, devido às posturas do atual governo. Entre eles, podemos citar: a utilização de agrotóxicos, as queimadas e os desmatamentos.

No que diz respeito à utilização de agrotóxicos no Brasil, é possível dizer que é uma herança da *Revolução verde*, estando ligada à errônea concepção de que a produção de alimentos em grande escala resolveria o problema da fome. Na atualidade, sua utilização é liderada pelo agronegócio que, em 2015, consumiu 72% dos pesticidas comercializados em nosso país em três de seus principais produtos, quais sejam soja, milho e cana-de-açúcar (BOMBARDI, 2017).

No Brasil, o ano de 2020 terminou com a aprovação de “493 novos agrotóxicos, 19 a mais que em 2019, antigo recordista” (BOLSONARO..., 2021, n. p.). Entretanto, apesar dos malefícios para a saúde humana e ambiental, amplamente discutido por importantes pesquisas, o governo Bolsonaro, com o apoio da Bancada Ruralista (Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA), parece andar na contramão. Um decreto lançado recentemente, Decreto nº 10.833, de 7 de outubro de 2021 (BRASIL, 2021a), tem como intuito flexibilizar a aprovação de agrotóxicos por meio de alterações nas regulações sobre compra, uso, venda, armazenamento e controle do produto no país. O decreto pode ser considerado uma vitória do Projeto de Lei nº 6.299/2002 (BRASIL, 2002), conhecido como *Pacote do Veneno*, que tramita há quase duas décadas no Congresso Nacional e que teve sua mais recente movimentação na Câmara dos Deputados em 10

de fevereiro de 2022, com a aprovação de seu texto-base, contando, para isso, com 301 votos favoráveis e 150 contrários.

Quanto às queimadas, é preciso considerar que a utilização do fogo ligada à agricultura é uma prática tradicional, a exemplo da técnica da coivara que o utiliza de forma racional e, assim, “garante a manutenção da cobertura vegetal do solo e da biodiversidade local, e o estabelecimento de plantios diversificados. Os recursos hídricos existentes são mantidos, bem como suas áreas de proteção” (STEWART *et al.*, 2021, n.p.). Essa prática, entretanto, nada tem de relação com a ação criminosa do agronegócio que, por sua vez, utiliza o fogo para a limpeza do local onde a vegetação foi retirada, a fim de abrir novas áreas para a pecuária e/ou agricultura extensiva.

Na prática do agronegócio, a evidência de que exista uma relação direta entre as queimadas e os desmatamentos da Amazônia foi demonstrada em nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, de agosto de 2019. Ao comparar os 10 (dez) municípios com o maior índice de desmatamento com outros 10 (dez) de maior índice de queimadas, concluiu que 6 (seis) deles integram os dois grupos, são eles: Altamira (PA), Porto Velho (RO), São Félix do Xingu (PA), Lábrea (AM), Colniza (MT) e Novo Progresso (PA).

Além do mais, na relação entre as queimadas e os desmatamentos, estão motivações que vão além da produção, pois se relaciona à expansão da fronteira agrícola aliada à grilagem de terras. Um dos indicativos dessa prática criminosa é o aumento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – CAR. Segundo nota técnica do IPAM, de abril de 2021 até o fim do ano anterior, 18,6 milhões de hectares das Florestas Públicas Não Destinadas – FPND, ou seja, 32% da área total foram declarados ilegalmente como propriedade particular no Sistema Nacional do CAR. Um aumento de 232% comparado a 2016, sendo o maior número de cadastros em áreas de domínio federal. Uma prática que, no atual governo, tem dado passos largos para tornar impunes seus responsáveis, pois, se aprovado o projeto de lei que dispõe sobre a regularização fundiária, Projeto de Lei nº510, de 22 de fevereiro de 2021 (BRASIL, 2021b), “ele pode anistiar ocupações realizadas até 2014, mas principalmente dar a indicação de que a grilagem vale a pena” (IPAM, 2021, n. p.).

As queimadas e os desmatamentos que, conforme vimos, estão relacionadas à grilagem de terra, também acarretam consequências para o ambiente. Um estudo confirmou que a Floresta Amazônica já emite mais gás carbônico do que absorve (GATTI *et al.*, 2021), tornando-se, assim, uma fonte de gases causadores de efeito estufa. Na contramão, alguns setores do agronegócio – também por meio do financiamento de palestras – pregam o “negacionismo climático”, ou seja, ignorando os conhecimentos científicos sobre a temática, argumentam que o aquecimento global é fruto de variações naturais, logo, compreendem que sua defesa enquanto uma consequência das ações humanas trata-se de uma “narrativa” para o entrave econômico ao desenvolvimento do Brasil. Um posicionamento que, segundo o sociólogo Jean Miguel da Universidade Federal de São Paulo– UNIFESP, não começa no governo Bolsonaro, mas nele “encontra terreno fértil para proliferar” (AGRONEGÓCIO..., 2021, n. p.).

O atual governo, inclusive, está cumprindo sua promessa de campanha à presidência, qual seja de acabar com a dita “indústria da multa ambiental”, pois, ao comparar o mesmo período em 2019 e 2020, as autuações ligadas à vegetação (desmatamentos e queimadas ilegais) caíram 22% (QUEIMADAS..., 2020a). Além disso, os

cortes no orçamento – tal como os que acarretaram na reestruturação da pasta de institutos ambientais, bem como a redução de 93% dos gastos com estudos e projetos sobre as mudanças climáticas nos três primeiros anos da gestão em comparação com os três anos anteriores (BRASIL..., 2021) – resultam na falta de pessoal e de equipamentos no combate aos crimes ambientais.

Além do mais, o presidente tenta vender a imagem de um Brasil que não existe, pregando ações de combate e “política de tolerância zero com o crime ambiental” (BOLSONARO..., 2020, n. p.) que podem ser confrontadas com dados – a exemplo dos expostos acima – que demonstram o contrário. Além disso, por um lado, ao afirmar que “os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas” (BOLSONARO..., 2020, n. p.)<sup>1</sup>, atribui a culpa das queimadas aos povos tradicionais encobrindo, assim, a responsabilidade do agronegócio. Por outro lado, fornece informações que não correspondem à realidade, tal como as afirmações de que a Amazônia, “por ser uma floresta úmida, não pega fogo [...] lá mais de 90% daquela área está preservada. Está exatamente igual de quando foi descoberto no ano de 1500” (EM DUBAI..., 2021, n. p.)<sup>11</sup>.

Contra os discursos e as ações do atual governo – que estão articulados aos avanços do agronegócio envolvendo queimadas, desmatamentos e utilização de agrotóxicos – canais de denúncias têm se fortalecido<sup>12</sup>. Assim, ao encontro das posturas malsinadas é que se deve pensar na formação dos educadores do campo que, por sua vez, devem ser agentes capazes de desvelar os silêncios escondidos nos discursos quanto à sustentabilidade da agricultura. Além do mais, é preciso compreender que as “boas práticas” do agronegócio não rompem com a estrutura agrária, logo, não combatem problemáticas envolvendo, por exemplo, a monocultura, a concentração fundiária e a produção de *commodities* destinadas à exportação, no lugar de produção de alimentos básicos que combatam a fome da população brasileira.

Nessa perspectiva, os educadores do campo têm que compreender que as práticas do agronegócio não podem ser confundidas com a concepção de agricultura sustentável defendida pela agricultura camponesa que, além de conceber a agroecologia como sua base, ainda compreende que ela faz parte de um projeto de transformação social. Assim, além de desvelar os discursos assumidos por esse modelo, devem contribuir no projeto de construção da agroecologia, uma experiência que tem sido realizada por meio de políticas públicas, tais como o programa *Escola da Terra* no estado do Paraná, conforme veremos no próximo subtítulo.

## O PROGRAMA *ESCOLA DA TERRA* E A CONTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

Compreender a formação dos educadores do campo, como construtores da agroecologia, pressupõe o entendimento de que a função social da escola ultrapassa o processo de ensino-aprendizagem. Isso porque a agroecologia valoriza a dimensão histórico-cultural e social das comunidades e tem se apresentado tanto como parte de um projeto de fortalecimento da produção camponesa e de resistência dos territórios

com esta finalidade quanto como uma estratégia de contraposição e superação do agronegócio.

No Brasil, a agroecologia tem sido priorizada como temática de diversas políticas públicas de formação inicial e continuada de educadores do campo. Uma delas, assim como as demais, que são frutos das lutas dos movimentos sociais pela Educação do Campo, é o programa *Escola da Terra* que, no estado do Paraná, elegeu a agroecologia como tema de um dos seus eixos<sup>13</sup>.

De âmbito nacional, desde 2013, o programa *Escola da Terra* tem sido ofertado em 23 estados do país e no Distrito Federal. É uma ação do Ministério da Educação – MEC, estabelecida através da Portaria Ministerial nº 579, de 2 de julho daquele ano (BRASIL, 2013). Organizado no regime de alternância<sup>1</sup>, o programa tem como objetivo promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades das escolas do campo e das quilombolas, além de fornecer recursos didáticos e pedagógicos condizentes com as demandas das comunidades (BRASIL, 2013). O fomento e apoio às escolas do campo estão atrelados ao propósito de permanência de crianças e jovens nessas escolas e, como consequência, também de suas famílias nas comunidades camponesas (BRASIL, 2013).

Na região sul, os três estados foram contemplados com a ação governamental, sendo que no Paraná, desde o ano de 2015, ela tem envolvido os docentes, a equipe pedagógica e diretiva da escola, os estudantes, a comunidade, bem como os Núcleos Regionais de Educação – NREs, e as Secretárias Municipais de Educação dos municípios. Nesse estado, já se atendeu mais de 1400 educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes municipais e estadual, abrangendo mais de 80 municípios e 300 escolas do campo paranaense (HAMMEL *et al.*, 2021), sendo elas escolas multisseriadas, seriadas e de ciclos de formação humana, escolas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, escolas de comunidades camponesas e escolas indígenas. Atualmente, vem atuando também com professores dos anos finais do Ensino Fundamental em escolas multianos (PARANÁ, 2021).

No Paraná, a formação continuada dos educadores do campo, como construtores da agroecologia, tem se dado por meio de um dos eixos do *Escola da Terra*, que foi intitulado “cooperação e agroecologia”. No programa, a agroecologia não é apenas um conteúdo disciplinar ou um tema de projetos, ela assume um papel determinante no fazer pedagógico, articulada ao trabalho comunitário e à cooperação. Assim, a formação está vinculada à realidade das comunidades, com suas contradições e desafios diários, pois os educadores são provocados a assumirem o trabalho como dimensão pedagógica, estimulando as práticas da cooperação e da agroecologia nos estudantes das mais diversas idades.

Com a formação de educadores nessa perspectiva, espera-se que as escolas do campo se relacionem com a vida camponesa e suas práticas agroecológicas. Isso é possível por meio do resgate de valores e conhecimentos que fortaleçam as gerações atuais e as novas gerações na construção da soberania dos povos, na interdependência campo-cidade e na sustentabilidade do planeta. Para tanto, as escolas paranaenses têm se organizado no âmbito do trabalho pedagógico, além de envolverem-se com a comunidade onde estão inseridas.

Assim, ao dedicarem espaço e tempo para trabalhar conceitos, fundamentos e práticas da agroecologia dentro da escola do campo, tais escolas reafirmam a

construção coletiva do conhecimento/saber (GUZMÁN; MOLINA, 2005) e, no caso das investigações agroecológicas, os processos coevolutivos que surgem das práticas cotidianas dos camponeses e povos tradicionais (BOZA, *et al.*, 2018).

Essa estratégia se mostra como um rico potencial se considerarmos o papel da escola enquanto lócus do conhecimento, da produção de estratégias capazes de ressignificar conceitos e valores com vistas ao bem comum, bem como de articular a comunidade em torno de práticas agroecológicas, de soberania e de sustentabilidade. Entender isso significa compreender a própria atuação das escolas em suas dimensões sociocultural e político-pedagógica. O conteúdo escolar ganha, nesse aspecto, a criticidade propagada por muitos teóricos do campo progressista e passa a fazer sentido na vida dos estudantes, na medida em que os cálculos, a física, a química, a história e a biologia aprofundam questões da vida e da produção, dos locais de viver e trabalhar.

Ainda no que diz respeito à organização no âmbito do trabalho pedagógico das escolas do campo, turmas organizadas em multi-idades (multisseriadas ou multianos) ou nos reagrupamentos dos ciclos de formação humana, bem como a convivência com grupos de diferentes idades, a necessidade de auxiliar a professora e a responsabilidade com os colegas são algumas das práticas vivenciadas nas escolas camponesas paranaenses e que têm um potencial para o desenvolvimento de um processo cooperativo e de trabalho coletivo, os quais são, por sua vez, considerados fundamentais para superar as práticas individualistas disseminadas pelo modo de produção capitalista.

Além do mais, a relação das escolas do campo do Paraná com a vida camponesa e suas práticas agroecológicas tem se dado por meio da articulação com as comunidades onde estão inseridas. Neste aspecto, encontram-se as propostas escolares voltadas às práticas coletivas, como os mutirões/puxirões, além da organização de feiras e festas enquanto locais de trocas e de devolutivas para comunidade dos trabalhos desenvolvidos na escola ao longo dos semestres ou do ano.

Com as feiras, torna-se possível recuperar as sementes crioulas, as espécies nativas e a troca de produtos advindos da agricultura, sendo que muitas escolas paranaenses dispõem de bancos de sementes, bem como hortas escolares, que servem como um importante laboratório para cultivo de alimentos saudáveis. Já as festas, por sua vez, são ressignificadas a partir da vivência do campesinato paranaense. Um exemplo é a substituição da “festa junina” pela “festa da colheita”, pois essa traz como proposta a celebração da fartura da colheita, superando, assim, a visão do campo relacionado ao atraso que tem no caipira (“Jeca Tatu”) um dos seus representantes.

Assim, a atuação do programa *Escola da Terra*, no Paraná, fornece os suportes necessários para fazer as escolhas pedagógicas que interessam ao campesinato e aos povos tradicionais. Entretanto, apesar dos avanços proporcionados por essa política pública, também encontramos no estado muitos entraves advindos da política educacional assumida nos últimos anos (2015-2021) em todo o território nacional, o que tem assolado a educação pública brasileira, seja ela no campo ou não.

Nesse aspecto, no Paraná, nos deparamos com muitas escolas que são fechadas todos os anos. Embora não haja dados oficiais divulgados, o levantamento realizado pelo programa *Escola da Terra*, em 2017, demonstrou que foram fechadas mais de 50 escolas no campo paranaense (HAMMEL *et al.*, 2021), situação que se agrava quando



consideramos o fechamento de turmas e a sua junção em turmas multianos ou multisseriadas.

As escolas que resistem nas comunidades camponesas sofrem com a falta de políticas públicas adequadas e são, por vezes, isoladas, com uma infraestrutura precária. O baixo número de estudantes tem sido a justificativa para juntar turmas, sem a devida preparação docente para tanto. Além disso, na maioria dos casos, os docentes que atuam nas escolas são “de fora”, ou seja, moram em outros locais e se deslocam para trabalhar nessas escolas, o que exige deles mais sensibilidade para conhecer, de fato, a realidade da comunidade e seu entorno. Boa parte desses professores teve uma formação inicial aligeirada em cursos à distância, sendo suprimidas questões centrais da docência. A baixa oferta e as abordagens da formação continuada, por vezes, não suprem essas carências, isso tudo atrelados à falta de um plano de carreira e a baixos salários que exigem que, além da docência, os educadores precisem acumular outras funções.

Esse tem sido o contexto do trabalho efetivado com os docentes das escolas do campo no Paraná. Por outro lado, ao longo das formações, encontramos profissionais que têm dedicado anos de sua vida à escola da comunidade, com atuação de mais de 30 anos, sendo que, hoje, eles lecionam para os filhos e netos daqueles que já foram seus educandos. Para esses profissionais, adversidades como a distância, o medo e a insegurança de enfrentar uma turma sozinhos e sem suporte técnico e pedagógico muitas vezes são superados pela satisfação em morar e trabalhar no campo (VERDÉRIO *et al.*, 2018).

Além disso, outra questão a ser considerada é a singularidade dos educadores que atuam, sobretudo, nas escolas multisseriadas do campo, pois, apesar das condições envolvendo aspectos como formação, carreira e trabalho desfavoráveis, eles manifestam uma “inconformidade com as condições desumanas da sociedade capitalista, e, assim, buscam por meio do trabalho educativo delinear possibilidades de enfrentamento a essas condições” (VERDÉRIO, *et al.*, 2018, p. 61).

O contexto envolvendo o fechamento e a precarização das condições nas escolas do campo do Paraná, mesmo que amenizado pelo anseio de continuidade de alguns educadores, demonstra que políticas públicas como a *Escola da Terra* devem ser fortalecidas e multiplicadas com novos programas. Muitos são os avanços observados nas escolas paranaenses, mas os entraves ainda precisam ser sanados. No tempo presente, a continuidade da formação de educadores do campo, como construtores da agroecologia, torna-se urgente, pois a agroecologia se apresenta, no atual cenário devastador (BOZA *et al.*, 2018), como uma possibilidade que abrange diferentes dimensões para o resgate da relação do ser humano com a *terra mater*, terra-solo, terra-natureza, terra-mãe (CALDART, 2020).

Nessa perspectiva, diferente dos discursos do agronegócio ligados à sustentabilidade da agricultura e que, por sua vez, escondem problemas ambientais, a formação de educadores do campo, como construtores da agroecologia, vincula-se a um modo de produzir ecologicamente sustentável e sem exploração humana, centrada nos saberes tradicionais e na produção da vida. Por tudo isso, não pode parar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, abordamos a formação de educadores do campo diante dos retrocessos do tempo presente, tanto para que eles sejam agentes capazes de desvelar os discursos dos intelectuais orgânicos do agronegócio no que se refere à sustentabilidade da agricultura quanto para que sejam formados em articulação com o projeto de construção da agroecologia.

A formação, nessa perspectiva, está atrelada à valorização e à continuidade do *Campo da agricultura camponesa* que defende a agroecologia como imprescindível para a agricultura sustentável e, ao mesmo tempo, contrapõe-se e denuncia a concentração fundiária, a monocultura e a produção voltada à exportação, as quais estão diretamente ligadas ao *Campo do agronegócio*. Logo, no contexto de disputas envolvendo esses modelos de campo, a formação de educadores do campo não é imparcial e as escolas têm conquistado avanços, a exemplo das escolas paranaenses que, por meio do programa *Escola da Terra*, têm se organizado no âmbito do trabalho pedagógico e se articulado com a comunidade onde estão inseridas, como vimos.

Assim, as escolas do campo, ao assumirem o compromisso com a agroecologia e, por consequência, com a comunidade onde estão inseridas, contrapõem-se e objetivam combater o agronegócio que, por sua vez, tem expulsado sujeitos e causado a devastação em vários territórios nacionais. Tal combate, entretanto, não está desarticulado da luta por outro projeto de sociedade, logo, as escolas do campo precisam ser compreendidas como espaços de construção de uma nova cultura, capazes de questionar o status quo estabelecido nos últimos anos. Por isso, disputá-las e defendê-las precisa ser uma de nossas bandeiras de luta.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados via educação formal, a escola sozinha não é capaz de construir a agroecologia. Para tanto, é preciso ultrapassar os limites envolvendo tanto a formação de educadores, como o próprio espaço da sala de aula. Isso porque a agroecologia presume trabalho cooperado, concreto e sistemático, o que exige parcerias e articulações para além das instituições formais. Neste aspecto, precisamos da criação e fortalecimento de políticas públicas para a agricultura, tais como: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, instaurada em 2012, em que, por meio da criação de um plano, o governo federal se comprometia com o incentivo à produção agroecológica e orgânica, bem como com o manejo sustentável de recursos florestais.

Assim, estamos de acordo de que “a transição para agriculturas mais sustentáveis [requer] uma participação importante do Estado através de políticas públicas, planos e programas que deem suporte ao processo de mudança” (CAPORAL, 2009, p. 298). No entanto, no que se refere ao necessário para uma transição sustentável, estamos na contramão. No atual governo, conforme vimos, além de não avançarmos, ainda regredimos com os discursos e ações de incentivo ao agronegócio.

Esse é o contexto dos retrocessos do tempo presente. Porém, as ações de políticas públicas de formação dos educadores do campo, a exemplo do programa *Escola da Terra*, somadas à participação do Estado no que se refere ao incentivo da agroecologia, são estratégias para superá-los. Nessa perspectiva, acreditamos que a

HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de;

mudança é possível e, assim, como educadores comprometidos, reacendemos a esperança e seguimos confiantes na organização popular e na sabedoria dos povos.

Artigo recebido em: 16/02/2022  
Aprovado para publicação em: 17/05/2022

---

#### QUALIFICATION OF FIELD EDUCATORS: THE CASE OF THE *EARTH SCHOOL* PROGRAM

**ABSTRACT:** The field educators qualification, facing these backs of the present time is the main subject of this article. First of all, we understand that they are important agents to unveil the agribusiness speech regards Agriculture sustainability. Subsequently, the importance of the public politics of the *Earth School* was addressed, in Paraná state, for the continued qualification of field educators as builders of agroecology. The field educators qualification, in this perspective, is not impartial and is committed to the valorization and continuity of the *Peasant Agriculture Field* and the fight of the *Agribusiness Field*, therefore, it is articulated to the fight for another project of society.

**KEYWORDS:** Agroecology. Agribusiness. Earth School. Field Educators Qualification.

---

#### FORMACIÓN DE EDUCADORES DEL CAMPO: EL CASO DEL PROGRAMA *ESCUELA DE LA TIERRA*

**RESUMEN:** La formación de educadores del campo, frente a los retrocesos del tiempo presente, es el tema central de este artículo. Primeramente, comprendemos que ellos son importantes agentes para desvelar los discursos del agronegocio sobre la sostenibilidad de la agricultura. Posteriormente, abordamos la importancia de la política pública *Escuela de la Tierra*, en la provincia de Paraná, para la formación continua de educadores como constructores de la agroecología. La formación de educadores del campo, en esta perspectiva, no es imparcial y está comprometida con la valorización y continuidad del *Campo de la agricultura campesina* y el combate del *Campo del agronegocio*, por lo tanto, está articulada a la lucha por otro proyecto de sociedad.

**PALABRAS CLAVE:** Agroecología. Agronegocio. Escuela de la Tierra. Formación de Educadores.

---

#### NOTAS

1 - O agronegócio se caracteriza por ser uma rede de negócios *no e com o* agro (DELGADO, 2012), sendo um sistema de produção ligado às cadeias da agroindústria e à especulação fundiária, o qual é alavancado pelo sistema de crédito público/estatal.

2 - A agricultura camponesa está ligada à forma de viver no campo que, por sua vez, envolve um rico sistema de inter-relações sociais e também com o meio ambiente, que se distingue da racionalidade empresarial (DELGADO, 2012), pois a renda não é obtida pela exploração de

terceiros e a reprodução econômico-ecológica tem como chave a diversidade da produção (GÖRGEN, 2021).

3 - O centro de Agroecologia da Universidade da Califórnia, Campus de Santa Cruz (USA), definiu agricultura sustentável como “aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da produção, incluindo distintos povos e diferentes gerações” (GLIESSMAN, 2000 apud CAPORAL, 2009, p. 296).

4 - Entende-se por agroecossistema “uma comunidade de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico, que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana” (ALTIERI, 2012, p. 105 apud CALDART, 2016, p. 2).

5 - Por escolas do campo, identificamos tanto aquelas que se situam na área urbana e atendem predominantemente as populações do campo quanto as que estão localizadas em área rural (BRASIL, 2010), desde que adotem os fundamentos e princípios da Educação do Campo, ou seja, aquelas que são/estão “no” e “do” campo (CALDART, 2004).

6 - A expressão foi proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2021, e tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, ele expressou: “Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento [ambiental], e simplificando normas” (PASSANDO..., 2020, n. p.).

7 - Com base no Censo Escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, revela-se que em 1997 havia 137.599 mil estabelecimentos de ensino de educação básica rurais, passando para 57.609 em 2018, ou seja, ao longo do período, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro.

8 - Sobre as importantes pesquisas que retratam os malefícios dos agrotóxicos para a saúde humana e para o ambiente, ver Lopes & Albuquerque (2018). Os autores realizaram uma revisão sistemática acerca do tema, no período de 2011 a 2017, contabilizando 116 estudos que demonstram impactos negativos.

9 - Discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada de forma virtual, em 22 de setembro de 2020.

10 - Ibidem.

11 - Discurso de Bolsonaro na abertura do *Invest in Brazil Forum* (evento com investidores), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em 15 de novembro de 2021.

12 - Como exemplos, podemos citar: a Campanha permanente contra os agrotóxicos; o dossiê *O agro é fogo*; a Carta pública assinada por mais de 90 movimentos sociais e organizações da sociedade civil, intitulada “Diante de mentiras que ninguém acredita, é preciso reafirmar o óbvio: as queimadas são culpa do agronegócio!” (CIMI, 2020).

13 - O programa compreende três eixos: “organização do trabalho pedagógico”, “práticas educativas” e “cooperação e agroecologia”, que buscam atender a dois aspectos: o estudo sobre os desafios e as possibilidades de organização das escolas do campo e o trabalho articulado às comunidades onde estão inseridas.

14 - Os cursos de formação têm, no mínimo, de 180 horas de duração, sendo distribuídas da seguinte forma: em Tempo Universidade (TU), entre 90 a 120 horas, em Tempo Escola-Comunidade (TC), entre 60 a 90 horas (BRASIL, 2012).

HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de;

## REFERÊNCIAS

ABAG. Abertas as inscrições para o Programa Educacional “Agronegócio na Escola” – Etapa Digital 2021. **ABAG**, 17 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://abag.com.br/abertas-as-inscricoes-para-o-programa-educacional-agronegocio-na-escola-etapa-digital-2021/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

AGRONEGÓCIO banca palestras que espalham mito de que aquecimento global pelo homem é fraude. **BBC**, 18 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59310009>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.299, de 13 de março de 2002**. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2002]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. **Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2010]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de gestão**. Programa Escola da Terra, 2012. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2012]. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/manual\\_escola\\_terra.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/manual_escola_terra.pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013**. Institui a Escola da Terra. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2013]. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port\\_579\\_de\\_02\\_de\\_julho\\_de\\_2013\\_institui\\_a\\_escola\\_da\\_terra.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institui_a_escola_da_terra.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL cortou 93% da verba para pesquisa em mudanças climáticas. **BBC**, 3 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59096013>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.833, de 7 de outubro de 2021**. Altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Brasília, DF: Atos do Poder Executivo, [2021a]. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.833-de-7-de-outubro-de-2021-351524955>>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 510, de 22 de fevereiro de 2021**. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, [2021b]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146639>>. Acesso em: 31 maio 2022.

BOLSONARO culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid. **BRASIL DE FATO**, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BOZA, C. *et al.* Reflexões críticas da experiência da formação de agroecologia no projeto Escola da Terra. In: VERDÉRIO, A.; HAMMEL, A. C.; GEHRKE, M. (orgs.). **Formação continuada de professores das escolas multisseriadas e escolas itinerantes do Paraná: práticas pedagógicas, história e realidade das escolas do campo**. Tubarão/SC: Copiart, 2018. p. 275-298.

CALDART, R. S. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[https://www.unioeste.br/portal/arq/files/GEFHEMP/01\\_-\\_Escolas\\_do\\_Campo\\_e\\_Agroecologia.pdf](https://www.unioeste.br/portal/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2017.

HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de;

CALDART, R. Reforma Agrária Popular e Educação. In: **IV Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA) – UESB/UESC (forma virtual), 2020a**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=61R5TDA6rgk>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CALDART, R. Educação e Agroecologia: encontros necessários. In: **3º Seminário de Agroecologia e 2º Seminário de EdoC do IFPE – (forma virtual)**. Mesa “Educação do Campo: desafios e perspectivas”. 2020b.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromissos com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 267-311.

CIMI. O agro é fogo: queimadas são responsabilidade do agronegócio. **CIMI**, 2 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/10/agro-e-fogo-queimadas-criminosas/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EM DUBAI, Bolsonaro diz: “Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo”. **CNN BRASIL**, 15 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-amazonia-por-ser-uma-floresta-umida-nao-pega-fogo/>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

GATTI, L. V. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, [s. l.], v. 595, [s. n.], p. 388-393, 15 July. 2021.

GÖRGEN, S. A. Agricultura camponesa familiar e a necessária transição agroecológica. Democracia e Direitos Fundamentais. 9 de março de 2021. Disponível em: <<https://direitosfundamentais.org.br/agricultura-camponesa-familiar-e-a-necessaria-transicao-ecologica/>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

GRAZIANO, X. Agronegócio prega agenda da sustentabilidade, destaca Xico Graziano. **Poder 360**. 24 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinia0/agronegocio-prega-agenda-da-sustentabilidade-destaca-xico-graziano/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAMMEL, A. C. *et al.* **Escolas multisseriadas do Paraná**: um estudo a partir do Programa Escola da Terra. Curitiba: CRV, 2021.

IPAM. Amazônia em chamas: desmatamento e fogo nas florestas públicas não destinadas. **Nota técnica nº 7, abril de 2021**. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-7-Florestas-pu%CC%81blicas-na%CC%83o-destinadas.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2022.

IPAM. Amazônia em chamas. **Nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia**, agosto de 2019. Disponível em: <[https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-2019-1\\_2.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-2019-1_2.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2022.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr.-jun. 2018.

PARANÁ. Câmara de educação infantil e do ensino fundamental. **Parecer nº 96/21**. Autorização da proposta de organização de turmas multianos nas escolas estaduais do campo de pequeno porte. Curitiba: CEE, 2021.

PASSANDO a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais. **BBC**, 01 out. 2020b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PINHEIRO MACHADO, L. C. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 235-266.

POR QUE o futuro do agronegócio depende da preservação do meio ambiente no Brasil. **BBC**, 16 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48875534>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

QUEIMADAS no Pantanal: multas do Ibama despencam apesar de recorde de incêndios. **BBC**, 15 set. 2020a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54159499>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BOLSONARO bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. **Repórter Brasil**, 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SEED. Secretaria da Educação e do Esporte. Programa Agrinho: campo e cidade, juntos pela sustentabilidade. **SEED**, 24 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=14415>>. Acesso em: 29 dez. 2021.



HAMMEL, A. C.; BASTIANI, T. M. de;

STEWART, A. M. *et al.* Saberes que vem de longe: usos tradicionais do fogo no Cerrado e Amazônia.[n. d.]. **Dossiê Agro é fogo**. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/saberes-que-vem-de-longe-usos-tradicionais-do-fogo-no-cerrado-e-amazonia/>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SYNGENTA. **Agrotóxicos e meio ambiente**: como ter uma agricultura sustentável. Disponível em: <<https://www.syngenta.com.br/agrotoxicos-e-meio-ambiente-como-ter-uma-agricultura-sustentavel>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

VERDÉRIO, A. *et al.* Enlaces de memórias produzidas e sustentadores do Programa Escola da Terra Paraná. In: VERDÉRIO, A.; HAMMEL, A. C.; GEHRKE, M. (orgs.). **Formação continuada de professores das escolas multisseriadas e escolas itinerantes do Paraná**: práticas pedagógicas, história e realidade das escolas do campo. Tubarão/SC: Copiart, 2018. p. 53-82.

---

ANA CRISTINA HAMMEL: É professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul/PR, onde atua nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Natureza. É doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e mestra em Educação pela mesma universidade. Entre os temas que pesquisa, encontram-se: Questão Agrária, Educação do Campo e Formação de Professores.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2236-8848>  
E-mail: [ana.hammel@uffs.edu.br](mailto:ana.hammel@uffs.edu.br)

---

TÂNIA MARA DE BASTIANI: É professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), em Guarapuava/PR, onde atua no curso de “Licenciatura em pedagogia: docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental no contexto do campo”. É mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Entre os temas que pesquisa, encontram-se: Questão agrária no Brasil, Movimentos sociais do campo e Educação do campo.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7549-1372>  
E-mail: [taniamaradb@gmail.com](mailto:taniamaradb@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).